SINDICALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA: OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE POLÍTICA

SYNDICAL ORGANIZATION AND POLITICAL EDUCATION: WORKERS IN EDUCATION BUILDING A POLITICAL IDENTITY

Hugo Leonardo Fonseca da Silva[1]
Universidade Federa de Goiás – Campus Catalão

Resumo: O presente artigo aborda o processo histórico de constituição de uma identidade política por parte dos trabalhadores em educação mediante a organização e luta sindical. Para abordar o assunto, destaco os aspectos contraditórios do mundo do trabalho que produzem as condições para a organização político-sindical dos trabalhadores; a relação entre trabalho e identidade política; e a luta sindical dos trabalhadores em educação como elemento mediador da construção de uma identidade política. Considera-se, então, que a sindicalização docente, as greves e lutas históricas travadas no âmbito dos conflitos educacionais permitiram a aproximação daqueles trabalhadores ao projeto histórico da classe trabalhadora.
Palavras-chave: Organização Sindical, Política Educacional, Identidade.

Abstract: This article approaches the historical constitution process of workers' political identity in education, through the organization and trade union fight. For that approaching, I highlight: contradictory aspects of the labor world that produce conditions for the workers' political-trade union organization; the relationship between work and political identity; and the

[1] Mestre em Educação FE/UFG, Especialista em Educação Infantil FE/UFG, Licenciado em Educação Física FEF/UFG, Professor Assistente I do Departamento de Educação Física CAC/UFG. E-mail: hgleofs@gmail.com

workers' trade union fight in education as element mediator for the construction of a political identity. Then, it's considered that the teacher *syndicalization*, the strikes and historical fights done in the field of education conflicts allowed an approaching of those workers to the historical project of the working class.
Keywords: Syndical Organization, Political Education, Identity.

Introdução

A sindicalização docente, as greves e lutas históricas travadas no âmbito dos conflitos educacionais produziram desdobramentos diversos, dentre os quais destaca-se a aproximação da categoria de professores ao projeto histórico[2] da classe-que-vive-do-trabalho, isto é, das lutas sociais empenhadas pelo conjunto dessa classe no sentido de resistir e superar o sistema societal do capital. O presente trabalho busca, portanto, retratar o processo histórico de constituição de uma identidade política por parte dos trabalhadores em educação mediante suas determinações mais significativas, sobretudo a organização e luta político-sindical. Nesse sentido, os elementos aqui desenvolvidos seguem uma reflexão teórico-histórica (LUKÁCS, 2003), baseada nos pressupostos do método da economia política (MARX, 2003).

A questão da identidade política se caracteriza pelas formas de ação e de auto-representação[3] dos trabalhadores diante dos conflitos sociais e das relações de poder, mediadas pelas formas de organização coletiva de um determinado grupo social. De acordo com Mascarenhas a identidade política se configura como momento predominante da consciência de classe, pois

[2] Um projeto histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que deveremos colocar em prática para sua consecução. Implica uma cosmovisão, mas e mais do que isso. É concreto, está amarrado a condições existentes e, a partir delas postula meios e fins. (FREITAS, 1987, p. 123).

[3] Os conceitos de representação/auto-representação, nesse caso, diz respeito ao constructo da categoria identidade política cunhada por Mascarenhas (2002). Desse modo, compreende-se que a representação/auto-representação é um esforço de construção simbólica em que os sujeitos lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar seu lugar.

> [...] é um esforço simbólico de libertação de determinismos sociais, nos quais são criadas leis, realidades, utopias e solidariedade. É um conjunto de auto-representações sociais que decorrem de um lugar objetivo ocupado na produção e de uma prática simbólica coletiva, para responder às necessidades culturais e políticas de classe (2002, p. 47).

Conforme essa categorização, a identidade é imanente à prática política, não se caracterizando apenas pelo elemento consciente a respeito das condições de vida inerente à inserção do indivíduo na estrutura produtiva. Compreender a identidade política como expressão de um movimento concreto da realidade, significa entender de que modo os indivíduos e as classes subjetivam as contradições objetivas presentes na luta de classes (OLIVEIRA, 2003). Essa processualidade se manifesta por mediações diversas, dentre as quais destacam-se a potencialidade das organizações de classe (sindicatos, partidos, movimento sociais) de construir identidades coletivas tornando-se "uma extensão da personalidade do trabalhador individual, que ela contempla e completa" (MASCARENHAS, 2002, p. 47).

No caso dessa investigação, destaco o papel do sindicato docente[4] como instrumento de mediação entre as aspirações imediatas e corporativas e as questões de cunho mais amplo, que se refere ao projeto histórico de luta pela superação do sistema do capital e, portanto, como mediador de uma prática e identidade políticas. Nesse sentido, parto do princípio de que os/as trabalhadores/as em educação compõem o que Ricardo Antunes (2002) categoriza de classe-que-vive-do-trabalho, ampliando o conceito de classe trabalhadora para todos aqueles e aquelas que, não possuindo os meios de produção da vida material, são levados a venderem sua

[4] Inúmeras mediações concorrem para o processo de constituição da identidade política de uma determinada categoria de trabalhadores. A própria mediação do trabalho, as relações com grupos, os conflitos entre os diferentes agentes sociais, a educação e os vínculos com setores populares organizados são elementos constitutivos desse processo. No entanto, aqui consideramos o papel do sindicato nesse processo, em função das condições de capacitação da classe trabalhadora no embate com o capital que essa forma de organização das coletividades tem desenvolvido ao longo da história (ver ANTUNES, 2003; MASCARENHAS, 2002).

força de trabalho para isso.

Consideramos o trabalho docente uma atividade complexa em que determinados sujeitos qualificados por um determinado tipo de formação ou não atuam numa profissão em que se lida com relações humanamente constituídas e constituintes, objetivando o processo de formação de crianças, jovens e adultos, o que envolve, além da competência técnico-científica necessária aos processos de ensino e aprendizagem, um compromisso ético-político vinculado a um determinado projeto histórico. Portanto, a natureza do trabalho docente exige a construção de uma identidade política.

A identidade política não se constitui como uma condição *a priori* da consciência tácita atribuída à condição de ser trabalhador/a, nem tampouco como resultado do esclarecimento ideológico. Resulta antes de uma complexa e contraditória rede de ações educativas manifestadas pelas muitas determinações que se condicionam mutuamente. Isto significa que uma identidade política se configura como resultado de um processo educativo, cujas mediações imbricam num mesmo processo a condição existencial de classe, o esclarecimento ideológico, político e cultural e, sobretudo, a inserção no movimento das lutas sociais de enfrentamento de grupos e classes sociais.

Se as lutas sociais se configuram como tempo e espaço de educação política dos trabalhadores, importa saber de que modo e sob quais circunstâncias os trabalhadores em educação têm produzido processos formativos no interior das contradições sócioeducacionais que enfrentam coletivamente, destacando para isso o movimento sindical docente. A análise do movimento sindical como elemento central da educação política dos trabalhadores se orienta pela consideração de que, é essa a forma histórica de maior potencialidade de organização e mobilização da classe trabalhadora no enfrentamento às determinações estruturais do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2003; MASCARENHAS, 2002).

O mundo do trabalho e a construção de uma identidade política

A organização e a estruturação do mundo do trabalho[5] durante o século XIX e boa parte do século XX estiveram condicionadas pelos determinantes do capital monopolista baseado na indústria e na maquinaria pautado pelo padrão fordista/taylorista de acumulação. O padrão de acumulação baseado no binômio fordista/taylorista, conforme Antunes (2002), pode ser sinteticamente compreendido como forma de organização dos processos produtivos baseados na produção em série de mercadorias, na organização do trabalho baseado na administração científica e no investimento significativo em capital morto (maquinaria), além da estruturação das grandes plantas industriais que aglomeravam um grande contingente de trabalhadores.

A aglomeração de um grande contingente de trabalhadores se configurou como elemento constituinte da organização político-sindical do proletariado, uma vez que, movidos pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais hierárquicas de produção, indignaram-se e lutaram pela manutenção dos salários e por condições de trabalho, reunindo-se em formas de ação e representações de resistência, movimento esse categorizado, num primeiro momento, como coligação. As coligações de trabalhadores se materializam diante de dois objetivos: a extinção da concorrência entre os trabalhadores; o engendramento e aprofundamento da concorrência contra os capitalistas (MARX, 2001).

> Tais relações explicitam uma passagem importante de um estágio da luta do trabalho contra as forças sociais do capital[6], cujas

[5] A categoria Mundo do Trabalho expressa tanto o complexo social que compõe relação entre forças produtivas (meios de produção, meios de trabalho, divisão do trabalho, formas de gestão, administração e controle da produção do trabalho) e as relações sociais de produção (a exploração do trabalho e a apropriação da riqueza universal socialmente produzida pela burguesia), como também o compósito social que constitui a classe trabalhadora, suas lutas objetivas e seu projeto histórico socialista. (ANTUNES, 2003).

[6] Compreendem-se forças sociais do capital como as personificações, os aparatos ideológicos, as formações jurídico-políticas que representam, tanto a classe social proprietária dos meios de produção, como as frações de classe e as estruturas da sociedade civil e do Estado que correspondem aos interesses e necessidades de reprodução do ordenamento societal capitalista.

limitações das primeiras investidas do proletariado no conflito explícito ante as personificações do capital são concretizadas na luta pela permanência dos seus salários (que é necessária ao desenvolvimento da luta de classes), decorrendo da necessidade de constituição da organização coletiva. Tal organização coletiva (as coligações, os sindicatos) desenvolve o caráter político da luta de classes, que passa a não ser mais uma investida conjuntural do mundo do trabalho contra as forças sociais do capital, mas sim estrutural, visando à superação desse modo de produção.

As bases do conceito de modo de produção comparece no edifício teórico marxiano em *"A ideologia alemã"* (MARX e ENGELS, 1999) e se manifesta como categoria analítica e explicativa em toda obra de maturidade de Marx. Seu significado compreende o modo de organizar o processo de produção, circulação e consumo de mercadorias próprio da sociabilidade capitalista, corresponde ao entendimento dos mecanismos e elementos constituintes dos avanços e contradições das forças produtivas, das relações sociais de produção e da luta de classes, bem como à compreensão do modo de organizar a vida social. O modo de produção capitalista, sob essa análise, é uma formação histórica fundamentada no processo de subsunção do trabalho às determinações e necessidades de auto-produção e de acumulação do lucro, baseada na extração de sobretrabalho da classe trabalhadora no processo produtivo e das relações sociais baseadas na realização da mercadoria.

O modo de produção capitalista, portanto, determina condições adversas de vida às maiorias, transformando a massa da população em trabalhadores. A transformação da massa da população em trabalhadores cria para esses uma situação comum e interesses comuns, constituindo essa massa em classe diante do capital. A construção da classe diante do capital não garante a sua constituição como *classe para si*, organizada no conflito diante do capital; mas na luta essa classe reúne-se, constituindo-se como classe para si. "Os interesses que defendem tornam-se interesse de classe, explicitando o caráter político da luta de classes" (MARX, 2001, p. 150).

Evidencia-se, a partir dessa discussão, o quanto a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho, nas relações estabelecidas entre indivíduos que se situam em condições comuns e que passam a aspirar interesses convergentes, estabelecendo a diferenciação imediata e mediada diante do outro, o capitalista, contribui na formação de uma identidade politicamente engajada na resistência e busca de superação do *status* vigente.

Ocorre que o modo de produção capitalista tem sofrido intensas mutações, que têm impactado diretamente na organização dos trabalhadores e mesmo nos trabalhadores que não têm se organizado coletivamente. Os impactos da reestruturação do modo de produção capitalista no mundo do trabalho provocaram mudanças significativas na classe trabalhadora e em suas formas de organização, atacando diretamente e colocando em crise a instituição mais tradicional de organização política dos trabalhadores, o sindicato. Tais impactos têm intensificado o processo de heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora, exigindo "uma reinvenção de sua prática e ação estratégica" (MASCARENHAS, 2002, p. 15).

A centralidade do operariado industrial, como sujeito das transformações históricas, já não se efetiva no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista. A classe trabalhadora já não se circunscreve efetivamente naqueles sujeitos que atuam na esfera produtiva, mas sim em todos que vendem sua força de trabalho ao capital mediante o recebimento de salários, seja na produção fabril, no setor de serviços ou na produção agropecuária, formando assim a categoria *classe que vive do trabalho* (ANTUNES, 2002). A nova configuração da classe trabalhadora exige novas formas de construção de práticas e ações dos trabalhadores diante da sua tarefa histórica e das atuais condições de vida e trabalho a que estão submetidos. Dessa forma, um aspecto fundamental na organização dos trabalhadores diante dos conflitos e das relações de poder – e neste trabalho o aspecto central – é o processo de construção da *identidade política* dos trabalhadores.

Identidade política é aqui entendida como "processo de configuração da auto-consciência de um grupo em que ele elabora sua posição e ação diante dos conflitos e das relações de poder."

(MASCARENHAS, 2002, p. 15). Assim, a identidade política dos trabalhadores configura-se como um processo de construção permanente de um pertencimento auto-representado e auto-definido que se manifesta tanto nas ações como nos discursos dos sujeitos articulados em um determinado grupo. Tal perspectiva de identidade política dos trabalhadores rompe com a ideia de fragmentação em movimentos isolados e fragmentários próprios desta quarta da história, retomando o *trabalho* como categoria central e fundante da constituição do homem como ser genérico.

De acordo com Ciampa (1992), o processo de constituição da identidade ocorre no interior das relações socialmente estabelecidas, cuja negação do outro e afirmação de si mesmo como indivíduo é, ao mesmo tempo, negação de si mesmo e auto-afirmação como ser social. Dessa forma, a construção de uma determinada identidade perpassa pela inserção em um grupo social. No entanto, esse processo não significa o alocamento do indivíduo a um substantivo (eu sou "professor", eu sou "engenheiro", eu sou "revolucionário"), mas, ao contrário, significa a constituição da identidade que se materializa pela intervenção do indivíduo no mundo e nas relações com outros sujeitos. O trabalho é o elemento constituinte da subjetividade dos sujeitos e possibilita a construção de grupos.

A constituição da identidade é um processo de permanente construção inserido nas contradições do modo de produção vigente. Construção de identidade não é algo posto/dado como aquilo que o sujeito tem que ascender, mas sim um contínuo processo situado nas relações que o indivíduo estabelece com outros e que se remete necessariamente a um determinado projeto político. Nesse sentido, a constituição de uma identidade política dos trabalhadores da educação significa a afirmação destes como agentes históricos ligados a um projeto de classes que é antagônico ao atual modelo de sociedade. A luta, a resistência, as formas de se posicionar, de pensar e de expressar os conflitos e contradições da sociedade de classes constituem elementos que compõem a identidade política dos trabalhadores.

Dado esses elementos, é importante compreendermos que "[...] o destino de uma classe depende da sua capacidade de escla-

recer e resolver em todas suas decisões práticas, os problemas que lhe impõe a evolução histórica.”. Quando categorizamos os/as trabalhadores/as em educação como classe trabalhadora, nos importa “saber até que ponto a classe em questão realiza [...] as tarefas que lhe são impostas pela história (LÚKACS, 2003, p. 146).

Nesse sentido, a luta pela produção da vida material e a violência presente no interior das relações sociais de exploração e desumanização imposta pelo sistema do capital são momentos decisivos na constituição da ação e das ideias e representações de classe. De acordo com Lúkacs,

> em primeiro lugar, as próprias condições para que os interesses de uma classe possam se afirmar são muito frequentemente criados por intermédio da violência mais brutal (por exemplo, a acumulação primitiva do capital). Em segundo, é justamente nas questões da violência, nas situações em que as classes se enfrentam na luta pela existência, que os problemas da consciência de classe constituem os momentos finalmente decisivos (2003, p. 145).

Desse modo, a construção da identidade política é um processo necessário à elaboração da consciência de classe, que só pode se efetivar no interior dos conflitos e das lutas estabelecidas entre as classes sociais. Tal identidade significa a elaboração, no plano da consciência, das relações entre condições econômicas e poder político da sociedade. No caso dos/as trabalhadores em educação, essa identidade se configura na medida em que esses se organizam em sindicatos e passam a lutar e dar significados às suas lutas a partir de um projeto contrário à lógica do capital, isto é, pautado pela tarefa histórica da classe trabalhadora de superação da sociabilidade destrutiva do capital.

O movimento sindical docente e a construção da identidade política dos professores

O movimento sindical docente se configura como um ator social importante no cenário político brasileiro, juntamente com outros servidores públicos, na medida em que estes se organizam e

lutam não só pelos interesses corporativos, mas também pelo controle das políticas públicas das respectivas áreas e da apropriação e redistribuição coletiva do fundo público. Nesse conflito, os/as trabalhadores/as se fazem classe e elaboram representações de um "nós" categoria/trabalhadores e do outro pólo do conflito, o Estado capitalista, desvelando, assim, o fetichismo da representação jurídica do Estado[7].

As lutas diárias do trabalhador contra as formas de usurpação de seus salários são conflitos cotidianos que dão suporte a uma luta de maior envergadura (MARX, 1978). Ou seja, a luta conjuntural e muitas vezes defensiva dos sindicatos são os primeiros níveis de conflito entre trabalho e capital, necessários à organização e potencialização da luta de classes como forma de superar o estado de coisas inerentes ao metabolismo social do capitalismo.

No caso da educação, as difíceis condições de vida e trabalho imprimidas aos trabalhadores que atuam nessa área estabeleceram um processo em que sujeitos diversos passaram a vivenciar coletivamente contradições e conflitos semelhantes, criando situações e interesses comuns para uma grande quantidade de trabalhadores. O assalariamento e a proletarização do trabalho docente aproximaram os professores e as professoras das classes que vivem do trabalho. Isso acontece, primeiramente, em termos de condições de vida material e de trabalho alienado e, em consequência disso, das formas de organização e mobilização política e corporativa das classes trabalhadoras e de suas lutas por conquistas estratégicas de determinados direitos sociais. O magistério inicia então um processo de organização sindical que impulsiona um gradual, vigoroso e contraditório processo de elaboração de uma identidade política. Na medida em que identificam necessidades e interesses comuns os/as trabalhadores/as em educação estruturam suas associações sob princípios e bandeiras da luta sindical que,

[7] Segundo Marcelo Ridenti (2001), o Estado se apresenta na sociedade capitalista sob um caráter fetichista e jurídico, que se objetiva na sua pretensa neutralidade de classe, na configuração como representante do conjunto dos cidadãos e na sua constituição como entidade responsável pela arbitragem das contradições e conflitos sociais que tendem a romper o contrato social estabelecido pela ordem do capital. Ao caracterizar dessa forma o Estado, vela-se a sua configuração histórica de produto da sociedade de classes, responsável pela manutenção da ordem capitalista, seja pelo consenso ou pela força.

por sua vez, e concomitantemente, se tornam um importante espaço de educação política para a categoria de assalariados da educação. Para Miguel Arroyo, "A organização do trabalho educativo em bases empresariais levou os ordeiros professores públicos a se sentirem não servidores do público, mas força de trabalho vendida a um patrão chamado Estado" (1980, p. 17).

Essas relações, processos e estruturas desencadearam uma dinâmica de identificação do trabalho docente junto ao dos demais trabalhadores, contribuindo para que os trabalhadores da educação começassem a constituir a compreensão de que seu trabalho se caracteriza como um serviço essencial para a maioria da população brasileira, e que suas reivindicações extrapolavam as reclamações corporativo-salariais, integrando-se na luta pelo direito das maiorias a educação pública, gratuita e de qualidade (RIBEIRO, 1987).

> O contexto histórico que criou condições para o surgimento do movimento sindical docente foi a crise do Estado de excessão[8], momento em que os professores de todo o país iniciaram um movimento amplo de organização político-sindical, articulando lutas e bandeiras econômicas e particulares às questões gerais da política interna do país, da necessidade de sua democratização e, principalmente, do estabelecimento de um projeto popular de educação pública, estatal, gratuita e de qualidade para todos. O movimento sindical docente se constituiu, então, como um momento fundamental de aproximação dos trabalhadores em educação do restante da classe trabalhadora, como propôs Arroyo (1980), iniciando um profícuo debate de (re)construção de um projeto educacional para o país, pautado pelas demandas, necessidades e projetos das classes populares.

[8] O denominado Estado de Exceção se caracterizou como estratégia de hegemonia do capital monopolista internacional sob a direção do bloco militar, atingindo amplos setores da sociedade civil brasileira, notadamente as classes populares e suas frações organizadas. Conforme analisa Germano, nesse momento histórico "o Estado concorreu decisivamente para o desenvolvimento das forças produtivas do país, ao mesmo tempo em que foi o maior responsável pela perversa concentração de renda e da riqueza verificada no lapso de tempo em apreço (1964-1985), bem como atuou, de forma persistente, no sentido de reprimir, destroçar e aniquilar os setores mais avançados da sociedade civil brasileira" (2005, p. 23).

A constante degradação do magistério, articulada à perda de legitimidade do Estado ditatorial, foi o "estopim" para que os setores do professorado alinhados às ideias de sindicalização das instituições associativas dos trabalhadores e trabalhadoras em educação se legitimassem como lideranças, organizassem a categoria e mobilizassem as lutas econômicas e políticas em finais da década de 1970 e durante quase toda a década de 1980. Os professores, juntamente com outros setores dos servidores públicos, se tornam importantes sujeitos coletivos durante a década de 1980, sendo considerados como importantes atores políticos durante a explosão de greves da década perdida, como diagnosticam Mascarenhas (2000) e Noronha (1991).

Desse modo, a mobilização sindical e política dos trabalhadores da educação, iniciada nos anos de 1970, possibilitou a esses/as trabalhadores/as a constituição de uma identidade política de esquerda, vinculada aos anseios e necessidades das classes trabalhadoras por democratização da educação com qualidade. Essa identidade é elaborada, segundo Ridenti (1995), na medida em que os professores se constituem como atores coletivos e passam a lutar pela apropriação coletiva do fundo público, por meio da democratização de políticas públicas de saúde, educação, moradia, transporte, previdência social etc., e, também, pela publicização de ideias, valores, representações e práticas contrárias à ordem social do capital, visando a sua superação.

Nesse sentido, as insatisfações com as políticas econômicas restritivas e destruidoras da noção do espaço público como *lócus* democrático de exposição dos conflitos sociais, pautadas pelo regime militar, configuraram-se como o "estopim" para a explosão dos movimentos de resistência já no final da década de 1970. Nesse contexto, as mobilizações dos trabalhadores da educação iniciaram um processo de politização do trabalho docente, identificando-se com os demais trabalhadores na luta por uma sociedade mais justa e democrática. As associações dos trabalhadores da educação, que até então possuíam uma perspectiva associativista[9],

[9] As associações funcionavam como espaço de encontro, lazer, construía-se clubes, organizavam-se viagens, enfim constituíam-se como uma entidade representativa dos

passam a ser disputadas por setores do professorado de orientação à esquerda que, influenciados pelos sindicatos combativos dos trabalhadores do setor produtivo, passam a projetar uma organização sindical nesses moldes. O movimento sindical dos trabalhadores da educação começou a se constituir a partir do confronto entre as formas de se conceber a organização e ação coletiva dentro das associações de professores.

Parte dos trabalhadores da educação começou a disputar o espaço de organização coletiva docente orientada por um projeto histórico vinculado à classe trabalhadora, buscando organizar o espaço associativo como uma entidade sindical de postura combativa[10]. Assim, o modelo de ação adotado se assemelhou à atuação do sindicalismo combativo e classista presente no *novo sindicalismo* dos setores produtivos, constituindo as greves como principal instrumento de organização e mobilização da categoria em torno de suas reivindicações (VIANNA, 1999).

As greves dos trabalhadores da educação constituíram-se como um espaço privilegiado de exercício de uma *práxis* política, cuja expressão maior foi a constituição de formas de ação e da elaboração de representações contra-hegemônicas. As mobilizações grevistas e as lutas político-sindicais dos/as professores/as se conformaram como possibilidade concreta de publicizar as reais condições da escola pública no país e, consequentemente, dos trabalhadores em educação. Além da publicização de um espaço e de relações historicamente caracterizadas como privadas, essas ações e representações condicionaram a constituição de uma consciência coletiva, de uma identidade de um "nós" professores ("sou professor, sim senhor") baseada na perspectiva do trabalho.

Mais do que um momento de enfrentamento conjuntural

---

interesses hegemônicos, pois não organizava politicamente os trabalhadores, pelo contrário seguiam as regras ditadas pelo Estado, até mesmo por que não era permitido ao funcionalismo público a organização sindical (VIANNA, 1999, p. 73-74).

[10] Como observa Souza (1997), as associações de professores vinham assumindo uma postura sindical diante dos conflitos e contradições sociais, agindo diante do Estado (que além de repressivo se configurava como seu "patrão") de forma combativa e oposicionista desde meados da década de 1970. Entretanto, somente após a promulgação da Constituição de 1988 o setor público (entre eles os trabalhadores da educação) pôde se organizar em sindicatos, passando a regular as entidades sindicais de professores.

das questões econômico-corporativas, as greves docentes se conformaram em um importante processo de educação política dos trabalhadores em educação.

> Tais greves são compreendidas como resultados de esforços políticos coletivos, de aprendizado de cada professor, de mudança na sua maneira de sentir, ver e agir, de construção de identidades, permitindo ao docente não só reconhecer-se e ser reconhecido pelos seus pares, como também exigindo o reconhecimento por parte da sociedade e do estado (SOUZA, 1996, p. 142).

O movimento de crescimento do sindicalismo dos trabalhadores da educação constituiu-se como uma busca da construção de uma identidade política desses trabalhadores que, acompanhando uma organização mais ampla da esfera do trabalho, passou a vincular seus interesses aos do restante da classe trabalhadora. Como observa Ribeiro, as difíceis condições de vida e trabalho impostas pelo empobrecimento e desvalorização social dos trabalhadores da educação criaram circunstâncias para que esses se organizassem coletivamente, lutassem pelas suas reivindicações e, compreendendo que "seus interesses integram os interesses da maioria dominada da população brasileira" (1987, p. 258), formassem-se politicamente .

Seguindo o aumento da mobilização popular, engendrada pelo movimento de reabertura democrática do país, que possibilitou uma maior participação dos setores oprimidos da sociedade no cenário político nacional, houve um significativo crescimento da ação sindical dos trabalhadores da educação. No processo de transição do Estado ditatorial para o democrático, o movimento sindical ressurge sob uma forte capacidade combativa e mobilizante no embate contra as injustiças sociais e as formas autoritárias de poder[11].

Desse modo, o movimento sindical constituído pelos trabalhadores da educação se caracterizou pela construção de um

[11] De acordo com Leite "O movimento sindical experimentou, ao contrário da experiência internacional, um vigoroso processo de fortalecimento nos anos 80, tendo se configurado desde o final da década anterior como um ator social de crucial importância nos processos de reorganização da sociedade civil e transição democrática." (1997, p. 16).

"sindicalismo classista e de massa" compreendendo os professores como parte integrante do proletariado, apoiado na construção de uma "consciência como assalariado em processo de proletarização" (SOUZA, 1997, p. 115). Esse processo é mediador da constituição do professor enquanto sujeito coletivo, envolvido numa postura política classista diante das contradições da sociedade de classes.

O fato de os professores se organizarem coletivamente como uma categoria profissional, lutar por seus interesses imediatos (corporativo-salariais) e, consequentemente, estabelecerem uma ação política de classe, constitui-se num movimento de construção de uma auto-representação, de posturas e ações diante dos conflitos e contradições sociais, configurando-se como um importante espaço de construção da identidade política desses trabalhadores.

No entanto, a constituição da identidade política dos trabalhadores docentes não se limita apenas à referência das entidades sindicais, mas trata-se também da construção da compreensão de que o magistério como profissão caracteriza os seus profissionais como trabalhadores que vivenciam e compartilham atividades, necessidades, anseios e lutas semelhantes, ou seja, o trabalho docente cria a possibilidade da composição de um pertencimento; um "nós" professores que se configura como um "nós" trabalhadores. Desse modo, as ações coletivas dos trabalhadores da educação conformam-se como espaços possíveis de construção de uma identidade que expressa a condição que os sujeitos ocupam no mundo do trabalho como professores (VIANNA, 1999).

Caracterizado pelo sindicalismo combativo e organizado pela perspectiva de enfrentamento a partir de mobilizações, greves e luta de massas, os professores do setor público (tal como boa parte do funcionalismo público na década de 1980) engendraram esforços em estabelecer ações políticas e constituir identidades coletivas.

É importante destacar a capacidade organizativa e a visibilidade política que o sindicalismo do setor público alcançou na década de 1980 no país. O funcionalismo do Estado, denominado pela literatura de assalariados de "classe média", ocupou significa-

tivo espaço no cenário político brasileiro por meio da luta sindical. As mobilizações dos servidores públicos (médicos, funcionários da administração, professores), durante o final da década de 1970 e durante toda a década de 1980, constituiu-se como um "fenômeno relativamente novo e repleto de significados na vida política brasileira" (MASCARENHAS, 2000, p. 05).

Por meio da organização e luta sindical, o funcionalismo público se aproximou das reivindicações do restante da classe trabalhadora, questionando, além das difíceis condições de trabalho e do achatamento salarial, as determinações autoritárias do Estado brasileiro e as profundas mazelas sociais do modelo econômico e político em vigência. A militância sindical no setor público significou o explicitar da tensão existente com a concepção corporativa do funcionalismo em relação aos governos e o desnudamento do papel do Estado na sociedade burguesa, contribuindo na constituição da identidade política desses trabalhadores.

Como observa Mascarenhas,

> os funcionários públicos organizados procuram se assenhorear de seu destino social e político e esse é um fator de distinção no esboço de um novo perfil de agrupamento. Certamente, esse processo não se dá de maneira homogênea. De fato, ele se apresenta de forma mais clara em alguns setores do funcionalismo do que em outros. Mas é visível um esforço de constituição e reconstituição de uma prática política e de uma identidade política (2000, p. 125).

O sindicato dos professores vinculados ao sistema público da Educação Básica objetivou suas ações, desde então, sobre três eixos básicos da política: política geral; política sindical; e política educacional. A *política geral* refere-se à inserção no debate e na luta quanto às questões político-legais (constituição, legislações, eleições); políticas sociais de enfrentamento (reforma agrária, emprego); políticas salariais para os trabalhadores em geral; liberdades políticas; e solidariedade a outros povos. Na *política sindical*, os sindicatos dos trabalhadores da educação têm tratado, de forma geral, das reivindicações salariais e funcionais (plano de carreira, con-

curso, jornada de trabalho, aposentadoria); e da própria organização sindical dos trabalhadores da educação vinculando-se às lutas dos trabalhadores em geral, unindo as entidades às centrais sindicais, especialmente à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Quanto à *política educacional*, as ações das entidades sindicais inseriram-se nos debates e reivindicações em torno da política educacional em questões referentes ao financiamento, democratização das relações de poder e outros temas específicos como currículo, formação de professores e planos de educação (SOUZA, 1997).

Considerações finais

É no engajamento e encaminhamento dessas lutas que os trabalhadores da educação têm criado uma prática política objetivando a libertação de determinismos sociais, constituindo leis, realidades, utopias e solidariedade. Esse esforço constitui-se, nos dizeres de Mascarenhas (2002), como um esforço simbólico de libertação constituinte de uma identidade de classe expressa por um conjunto de auto-representações e de práticas concretas mediadas pelas instituições organizadas pela classe trabalhadora (sindicato, partido, movimentos sociais).

Desse modo, a mobilização dos trabalhadores da educação nos sindicatos tem-se conformado como *lócus* de construção dos professores como sujeito coletivo.

> Foi no processo de construção de sujeitos coletivos, no desenvolvimento de práticas próprias de reivindicações, que os professores colocaram em xeque a separação entre a esfera do particular, individual, privado (caracterizada como não-política) e a esfera pública comum (caracterizada como política). Foi nesse fazer-se que se constituiu a identidade de "professores" como sujeito coletivo (SOUZA, 1997, p. 142).

O sindicato, como instituição organizativa dos trabalhadores, é expressão de capacitação e de práticas e ações concretas dos trabalhadores diante dos conflitos e contradições dessa sociedade. Os sindicatos articulam as dimensões da economia e da política,

tornando público o conflito entre trabalho e capital que se esconde sob o véu de relações ideologicamente caracterizadas por relações privatizadas. Ao tornar públicas relações que têm, paulatinamente, sofrido um processo de privatização, a esfera produtiva e as determinações envidadas de poder são explicitadas, saindo da imediaticidade dos *lócus* de trabalho, proporcionando condições para o estabelecimento de laços políticos entre os membros da classe que vive do trabalho.

A ação político-sindical politiza o *lócus* do trabalho explicitando as contradições do capital no conflito aberto que se estabelece diante do patronato em torno das relações econômicas. Ao se tornarem políticas, essas relações extrapolam a imediaticidade da luta econômico-corporativista e toma o caráter de classes. Nesse sentido, tal como o *lócus* de trabalho, o sindicato se conforma como um importante espaço de construção da identidade política dos trabalhadores.

Nesse sentido, a aproximação das classes populares, a partir da massificação da educação pública e a organização político sindical dos professores, tornaram-se importantes vetores da construção de uma identidade política na luta por melhores condições de vida e trabalho, que significa, no limite, a realização de uma educação pública, gratuita e com qualidade para todos. Essa perspectiva de aproximação, objetiva e subjetiva, do restante da classe trabalhadora desmistifica a imagem de corporativismo tão propagada por governos e meios de comunicação e apresenta os professores como sujeitos coletivos que se organizam e lutam pela realização plena dos direitos, conformados como bandeiras de luta que

> não interessa apenas aos profissionais da educação, que são aqueles que mais intensamente a têm difundido, mas interessa a todos que se comprometam com uma sociedade mais justa e democrática. [...] Garantir a todos o acesso à educação e garantir à classe trabalhadora uma formação ampliada (formação geral, formação profissional e educação política) significa contribuir para a construção de uma vida social mais digna (MASCARENHAS, 2004, p. 27).

Identificar as questões educacionais e suas relações como espaço de expressão dos conflitos e contradições das sociedades de classes, e tornar público isso, tem sido um movimento de publicização de uma esfera da vida social que vem se configurando historicamente como responsabilidade privada e individual. Tornar público a essencialidade humana que envolve o trabalho educativo, as apropriações que o capital faz disso e a desvalorização dos sujeitos envolvidos com a educação pública significa, antes de tudo, uma ação política que envolve a afirmação de um projeto histórico antagônico ao que está em vigência. Significa a constituição dos trabalhadores da educação como atores coletivos que, vinculados à classe trabalhadora, lutam pela realização de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade para as maiorias, isto é, materializa a premissa observada por Marx e Engels de que "as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado" (1999, p. 12).

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho***?* Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Edunicamp, 2003.

_____. **Os sentidos do trabalho***:* ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S. (orgs). **Psicologia social**: o homem em movimento. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FREITAS, L.C. Projeto histórico, ciência pedagógica e "didática". **Educação & Sociedade**. 1987, nº 27, p. 123-140.

GERMANO, J.W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITE, M. de P. Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade. In: _____. (org.) **O trabalho em movimento**: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas:

Papirus, 1997.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **A miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria de Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1978.

_____. ENGELS, F. **Ideologia alemã**. 11ª ed. São Paulo: Hucitech, 1999.

MASCARENHAS, A.C.B. Educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, J. de M. (org). **Saberes do nós**: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

_____. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. **Desafiando o Leviatã**: sindicalismo no setor público. Campinas: Alínea, 2000.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, M.L.S. **A formação política do professor de 1° e 2° graus**. São Paulo: Cortez, 1987.

RIDENTI, M. **Classes sociais e representação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, A.N. de. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: LEITE, M. de P. (org) **O trabalho em movimento***:* reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Sou professor, sim senhor!**: representações do trabalho docente. Campinas: Papirus, 1996.

VIANNA, C. **Os nós do "nós"***:* crise e perspectivas da ação docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

Recebido em 03 de outubro de 2009.
Reformulado em 27 de novembro de 2009.
Aprovado em 11 dezembro de de 2009.